

A nova geração e o Jornalismo Investigativo: uma análise da série de reportagens do portal Paraíba Já

The new generation and Investigative Journalism: an analysis of the Paraíba Já series of reports

Marcella Silva Mousinho Machado¹
Sandra Regina Moura²

Resumo: Neste artigo analisamos a prática do jornalismo investigativo no portal Paraíba Já, a partir da série de reportagens “Pra onde foi a grana?”. Por meio de um levantamento em bases de dados pública, as matérias mostraram o excesso de gastos das câmaras municipais da Paraíba. No estudo do método de apuração, observamos que este veículo se apropriou das técnicas e características de uma investigação jornalística, com um trabalho de cruzamento de dados e distintas estratégias de abordagem.

Palavras-Chave: Jornalismo Investigativo, Jornalismo de Dados; Jornalismo Digital.

Abstract: In this article we analyze the practice of investigative journalism in the portal Paraíba Já, from the series of reports "Where was the money?". Through a survey in public databases, the reports showed the excess spending of the city councils of Paraíba. In the study of the method of verification, we observed that this vehicle appropriated the techniques and characteristics of a journalistic investigation, with a work of cross-checking data and different strategies of approach.

Keywords: Investigative Journalism. Data Journalism. Digital Journalism.

.....

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: marcellamachadopb@gmail.com;

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Professora do Mestrado Profissional em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ-UFPB). E-mail: sandra.moura@academico.ufpb.br.

1 Introdução

Em maio de 2019 o portal Paraíba Já, em João Pessoa (PB), iniciou uma série de reportagens intitulada “Pra onde foi a grana?”, com a proposta de denunciar os gastos incomuns das câmaras de vereadores dos 223 municípios paraibanos em 2018. O levantamento foi realizado a partir do banco de dados disponibilizado no portal do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Entre os casos reportados está a “Farra das Diárias”, nas Câmaras do Conde e Santa Rita, que revelou indícios de um suposto esquema no qual vereadores das duas cidades estariam viajando com dinheiro público para eventos e cursos de fachada pelo país.

Em julho de 2019, a Promotoria de Justiça do Conde abriu um inquérito para apurar a “Farra das Diárias” no município, nos anos de 2018 e 2019. Já em novembro do mesmo ano, o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público da Paraíba (MPPB), deflagrou a operação “Natal Luz” que prendeu onze vereadores e um contador da Câmara Municipal de Santa Rita, suspeitos de desviar dinheiro público para custear despesas de uma viagem feita para a cidade de Gramado (RS).

A denúncia iniciada pela série e a prisão dos vereadores tiveram repercussão nacional. Em 10 de novembro de 2019, o programa Fantástico, da Rede Globo veiculou uma reportagem com detalhes do caso. O repórter Maurício Ferraz e o produtor Evandro Siqueira atuaram em parceria com os jornalistas do Paraíba Já, em razão do trabalho realizado com a “Farra das Diárias”, com acesso a dados e informações das apurações do grupo.

As matérias de “Pra onde foi a grana?” são assinadas por uma equipe de jovens jornalistas, tendo à frente a editora-chefe Edilane Ferreira, com a participação do editor-adjunto Cógenes Lira, os repórteres Felipe Rojas e Niedja Andrade, e da estagiária Giovanna Fernández. Em artigos publicados no *site*, o grupo autodefine o trabalho realizado pelo portal – baseado em documentos, fontes especializadas e anônimas, vazamentos e dados – como Jornalismo Investigativo.

Diante da repercussão da série e da pouca ou inexistente prática do jornalismo investigativo na Paraíba, problematizamos como tal *práxis* profissional é incorporada por uma nova geração de jornalistas que têm à disposição novas ferramentas de trabalho como as

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o acesso às bases de dados de informações públicas.

Desse modo, neste artigo analisamos o jornalismo investigativo a partir da série “Pra onde foi a grana?”. Para isso, verificamos o método de apuração das reportagens, suas técnicas e estratégias; identificamos suas possíveis semelhanças, aproximações ou mesmo distanciamentos deste campo especializado do trabalho jornalístico, à luz de conceitos e características atribuídas ao Jornalismo Investigativo, conforme os estudos sobre a temática; e observamos como foi estruturada a narrativa apresentada.

Para esta análise utilizamos a triangulação de métodos. Partimos de um levantamento bibliográfico sobre Jornalismo Investigativo pelas obras de autores brasileiros e de outros países, de modo a compreender as qualificações e metodologias comuns no trabalho de investigação jornalística (RODRÍGUEZ, 1994; MARCET, 1997; SEQUEIRA, 2004; SEQUEIRA, 2005; KÖNIG, 2019). Ainda aplicamos a Análise de Conteúdo (HERSCOVITZ, 2007) no estudo das reportagens para identificar as marcas de investigação impressas no produto. Por fim, realizamos uma entrevista com a jornalista responsável pela série para verificar os passos do processo de apuração de forma interna.

2 Caminhos para uma investigação jornalística

Um contexto social democrático, como observa Sequeira (2005), é justamente um dos elementos básicos para que o jornalismo investigativo cumpra sua função social. Desse modo, é necessário que instituições do estado garantam que os desvios e as desigualdades expostas por trabalhos de investigação tenham respostas efetivas, as empresas de comunicação sejam independentes e que o repórter trabalhe sob preceitos éticos. É uma atividade que requer mais tempo de dedicação, metodologia, técnicas e estratégias de trabalho diferenciadas (SEQUEIRA, 2004).

De um diálogo, documento ou fato podem surgir questionamentos e hipóteses que requerem uma série de procedimentos na procura por respostas. A depender da situação, estas envolvem consultas a dados em boletins de ocorrência, processos criminais e judiciais, publicações especializadas, planilhas e periódicos, entre outras fontes materiais que contenham pistas e conteúdos relevantes. Do mesmo modo inclui-se o uso de informantes,

fontes anônimas e vazamentos (SEQUEIRA, 2005). Esses indivíduos podem integrar a rede de contatos do jornalista ou partirem de pessoas interessadas em determinado fato com alguma denúncia que deverá ser checada (RODRÍGUEZ, 1994).

Há inúmeros exemplos de reportagens investigativas na literatura brasileira, entre elas a série de reportagens assinadas pelo repórter Ricardo Kotscho (2006), intitulada “Assim vivem nossos superfuncionários”, publicada em 1976. O trabalho mostrou os abusos praticados com dinheiro público por membros do governo militar em diversas regiões do país. As matérias foram resultado de uma longa apuração que teve como ponto de partida histórias ouvidas pelo diretor de redação do Estadão em suas viagens ao Rio de Janeiro e a Brasília. O *Diário Oficial* foi uma das principais pistas e fonte para dar início a investigação.

Em determinadas circunstâncias, os jornalistas também fazem uso de técnicas do engano (KÖNIG, 2019), que vão desde omitir a identidade profissional e os objetivos ao solicitar uma informação, até a se infiltrar no centro dos fatos com outra identificação (RODRÍGUEZ, 1994). Essa forma de atuação do repórter aproxima-se, muitas vezes, do trabalho da polícia judiciária (VILARES, 2014).

A infiltração é entendida como uma estratégia que busca conferir um *status* de verdade ao trabalho do repórter. Desse modo, o jornalista “vivencia a realidade investigada e, quando necessário, documenta seus feitos em áudios e imagens de forma clandestina para provar o que diz” (KÖNIG, 2019, p. 14). Embora haja controvérsias quanto a esse aspecto, fundamentado no interesse público, repórteres “gravam ou filmam às escondidas, recorrem à falsa identidade ou omitem a sua identidade profissional” (ibidem, p. 14).

A profundidade da investigação também aproxima o trabalho do repórter com o de detetive. Em *Rota 66*, o jornalista Caco Barcellos – e equipe – investigou os crimes praticados pela Polícia Militar de São Paulo entre os anos de 1970 e 1992, a partir do cruzamento e análise de fontes como o jornal *Notícias Populares*, Instituto Médico Legal, Justiça Civil, Justiça Militar e a Polícia Civil, auxiliado por um banco de dados, rede de colaboradores e entrevistas com familiares das vítimas.

O repórter realizou um processo de identificação dos mortos desconhecidos, buscando compreender as circunstâncias de cada episódio e a autoria dos crimes. Desse modo, o jornalista conseguiu identificar o método de matança dos policiais e as principais vítimas que

eram homens, jovens, moradores de periferia, negros ou pardos. Assim, “Caco Barcellos investiga os crimes observando aquilo que os policiais não veem ou parecem ignorar” (MOURA, 2007, p, 151).

São diversas as etapas de apuração, com avanços e retrocessos, a entrada de diferentes métodos e a descoberta de novas fontes que podem mudar o rumo da investigação. Desse modo, nas próximas seções analisamos como os jornalistas do portal Paraíba Já apropriaram-se de técnicas e estratégias do jornalismo investigativo no desenvolvimento da série “Pra onde foi a grana?” e de seu segundo projeto, o “Farra das Diárias”.

3 O portal Paraíba Já e a estrutura da série

O Paraíba Já é um portal de notícias fundado pelo jornalista e radialista Fábio Bernardo, em maio de 2010, com sede em João Pessoa. Tem como *slogan* “compromisso com a verdade”, com a proposta de fazer um jornalismo de qualidade e relevância social. Na época da série, o seu expediente era composto pela editora-chefe Edilane Ferreira, o editor adjunto Cógenes Lira, os repórteres Felipe Rojas e Niedja Andrade, além de um plantonista. Havia ainda uma estagiária, um *social media* e um *web master*. A faixa etária dos profissionais variava entre os 24 e os 30 anos de idade.

A página, com atualização diária, traz notícias do universo político, cotidiano, esportes, cultura, entretenimento, tecnologia e colunistas. O portal tem canais em redes sociais digitais como o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e também no *Youtube*. Quanto ao seu financiamento, embora não haja informações a respeito em sua *home*, foi possível observar a presença de publicidades institucionais de órgãos públicos governamentais estaduais e municipais.

A série “Pra onde foi a grana?” foi iniciada pelo portal Paraíba Já em 16 de maio de 2019, tendo sua última reportagem seriada divulgada em 10 de setembro de 2019. Ao todo foram onze matérias. A partir da sexta reportagem, em 2 de junho de 2019, ocorreu um desmembramento do projeto original e teve início a série “Farra das Diárias”, finalizada em 10 de dezembro de 2019. No total, contabilizamos 36 publicações, incluindo respostas de envolvidos, repercussões e novos dados.

O intervalo de veiculação entre uma e outra matéria variou de dois dias, no caso das primeiras, a até treze dias já no meio da série. A maior distância estava entre a décima e a

décima primeira que foram publicadas com 65 dias de diferença. Esse distanciamento ocorreu, sobretudo, quando entraram as matérias da “Farra das Diárias” que envolveram, além dos dados, viagens dos jornalistas para Natal (RN), análise de documentos dos Ministérios Públicos de Minas Gerais e Pernambuco, de inquéritos civis e criminais, e ainda consultas a juntas comerciais da Paraíba e Pernambuco.

“Pra onde foi a grana?” não tem uma identidade visual própria que a identifique, nem um *designer* diferenciado das demais matérias do portal. O nome nos remete ao quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui?”, do Fantástico, da Rede Globo, conduzido pelo repórter investigativo secreto Eduardo Faustini. Entre os poucos recursos visuais utilizados estavam algumas capturas de páginas do Sagres para mostrar detalhes das informações, em formato de listas e quadros. Já as matérias de “Farra das Diárias” eram intercaladas por vídeos e fotografias.

Entre os temas das matérias do portal Paraíba Já estavam os gastos com folha pessoal, assessoria jurídica, diárias, viagens, cursos, alimentação, serviços contábeis, aluguéis de imóveis e combustível. Até a quinta reportagem da série a estrutura das informações era a seguinte: apresentação da temática, menção à fonte dos dados sem *link* de acesso direto, citações das câmaras que mais e menos gastaram com os valores totais entre parênteses – e, às vezes, as que não tiveram despesas –, seguidas do *ranking* dos municípios com a quantidade de dinheiro. Algumas informações complementares eram adicionadas como números de sessões, justificativas contidas nos empenhos, nomes de empresas e empreendimentos, além de dados de contextualização, por exemplo. A menção aos vereadores só viria a partir da quarta reportagem.

No tópico a seguir descrevemos as características do jornalismo investigativo identificadas no produto com base na Análise de Conteúdo das matérias e no que se refere à literatura sobre a temática. Buscamos apresentar detalhes dos métodos e estratégias relatados pelos jornalistas do portal Paraíba Já por meio de entrevista sobre os bastidores do processo de apuração.

4 A apuração por trás dos números

Com base nas características do jornalismo investigativo, analisamos os elementos explícitos no produto da série “Pra onde foi a grana?”, do portal Paraíba Já. Na reportagem que a inaugura não é revelado o motivo que a desencadeou, mas apenas a fonte, ou seja, o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), que será mencionado em todas as demais. Em entrevista para este artigo, a editora-chefe, Edilane Ferreira, explicou que começou a fazer o levantamento após o surgimento de uma pauta sobre a votação de um projeto de Lei na Câmara de Conde, em novembro de 2018.

A jornalista havia passado por uma cirurgia nesse período e tinha um ritmo de trabalho intermitente. Na ocasião, solicitou à Câmara daquele município um balanço da produção legislativa daquele ano e de 2017. Ao mesmo tempo, a partir de 19 de novembro de 2018, passou a buscar no Sagres os empenhos para saber quanto e com o que os vereadores gastavam. Esse levantamento seria ampliado e encerrado no início de maio de 2019.

Percebi que a segunda maior despesa da Câmara do Conde era com diárias para vereadores e servidores. Aquilo me chamou atenção. Para que tantas viagens e tantos cursos? Pensei em fazer uma reportagem sobre isso imediatamente. Mas, depois, hesitei e questionei se aquele valor, algo em torno de R\$ 220 mil, era realmente um ponto fora da curva e se era normal para as demais câmaras municipais. Então, resolvi fazer o mesmo levantamento com as demais 222 câmaras, para depois fazer um *ranking* e ter um panorama melhor sobre as despesas (FERREIRA, 2020).³

Ter a segurança de que se tem indícios suficientes para iniciar uma investigação jornalística é um dos pontos de partida para o trabalho do jornalista (MARCET, 1997). Nesse momento são avaliadas suas possibilidades quanto à temática, o acesso a fontes, dos recursos necessários, do tempo disponível e as dificuldades desse processo. O resultado desse estudo e a busca por mais informações definirão se o repórter seguirá ou não com o projeto investigativo.

Para otimizar o trabalho com o *Excel*, os jornalistas receberam auxílio externo de fontes na Controladoria-Geral da União (CGU) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, o trabalho foi realizado em conjunto com a Polícia Civil da Paraíba e de Sergipe, assim como com o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado

³ FERREIRA, Edilane. [Entrevista]. *WhatsApp*: 24 ago. 2020. 22:40. 1 mensagem *WhatsApp*.

(Gaeco) do MP da Paraíba e do Rio Grande do Sul. São os núcleos jornalístico, administrativo, judiciário e policial que formam a rede investigativa necessária para o desenvolvimento e evolução do projeto.

Dois dos repórteres envolvidos têm especialização em jornalismo investigativo e experiência com o Sagres. Cada jornalista atuava com as operações de planilhas em seus respectivos computadores. Quanto ao financiamento das atividades, os custos com passagem, hospedagem, alimentação e outros ocorreram na fase da série "Farra das Diárias", com quase a totalidade das despesas pagas por três membros do *site*, Edilane Ferreira, Cógenes Lira e Felipe Rojas.

A série "Pra onde foi a grana?" é caracterizada por um viés de Jornalismo de Dados, segundo a editora-chefe. Esta expressão se refere a reportagens em que os dados guiam a construção da narrativa (MANCINI; VASCONCELLOS, 2016). No trabalho do portal, um ponto não esclarecido no texto é o parâmetro utilizado para apontar o excesso de gastos. Ou seja, não há o cruzamento de dados que poderiam traçar uma comparação entre anos ou gestões anteriores, mas um entendimento de que os gastos excedem o esperado. Entretanto, em alguns casos podemos observar que são indicados o número de sessões ou de habitantes dos municípios como forma de questionar a incompatibilidade.

É válido ressaltar que a presença de números, documentação e declarações não define um trabalho como investigação (SEQUEIRA, 2005), assim como dados em seu estado puro não contam histórias (RAMOS, 2011). Somente por meio de entrevista com a editora-chefe soubemos que houve um levantamento comparativo de 2003 a 2019 para saber a partir de que momento os vereadores das câmaras de Conde e Santa Rita começaram as viagens sob a justificativa de formação. No entanto, nos demais casos não foi apresentado um parâmetro.

De acordo com a jornalista, como a maioria das câmaras não possuem portais de transparência, o Sagres foi a principal e única fonte de dados até por volta da quinta reportagem, como verificamos em nossa análise. No tópico a seguir passaremos a examinar os avanços no trabalho iniciado a partir da sexta publicação da série.

5 Nasce uma investigação jornalística

O conteúdo da série “Pra onde foi a grana?” foi expandido a partir da sexta reportagem, com a ampliação da investigação e a entrada de outros repórteres. Esta matéria marca o início de um novo projeto, a “Farra das Diárias”, publicada simultaneamente, o que causa confusão quanto aos limites entre as duas. Como observa Edilane Ferreira (2020), esse problema ocorreu exatamente entre maio e junho porque os jornalistas estavam avaliando se teriam como aprofundar a primeira série para além dos números.

Nessa etapa de compilação, buscou-se identificar, através do Sagres, entre os anos de 2003 a 2019, a partir de que momento os vereadores do Conde e Santa Rita começaram a viajar com mais frequência. Se partirmos da ideia de jornalismo de dados, Bradshaw (2011) afirma que esta começa quando o repórter tem uma pergunta que exige dados para respondê-la ou quando se há dados que requerem investigação. Nesse momento é realizado o cruzamento com outras fontes e espaços, que seria a última etapa, chamada de combinação.

Esta sexta reportagem tem como título “Cursos em hotéis de luxo na orla marítima de capitais nordestinas viram moda entre vereadores da Grande JP”, assinada por Felipe Rojas com Edilane Ferreira, em 2 de junho de 2019. É importante destacar que essa matéria foi anunciada na terceira e na quarta publicações do projeto, quando a “Farra das Diárias” dos municípios do Conde e Santa Rita aparecem liderando o *ranking* das Câmaras que mais gastavam com diárias e viagens.

A investigação jornalística começou, de fato, nesta etapa quando os jornalistas identificaram algo de incomum e uma tendência nos gastos dessas duas cidades, o que demandaria uma apuração mais aprofundada. O anúncio antecipado, além de ser uma estratégia para prender o leitor, também pode ser um indício de que a referida reportagem ainda estava em processo de apuração, assim como sugerir que a produção da série se deu de forma contínua, com matérias publicadas conforme as planilhas eram geradas e os dados analisados. Sobre esse tópico, a jornalista esclarece que, com a “Farra das Diárias” e os novos métodos requeridos com deslocamentos para outros estados e análises de documentos, a periodicidade fixa tornou-se inviável.

Diferente das matérias anteriores vemos nesta, além dos dados do Sagres, outras fontes e métodos de pesquisa, como visitas *in loco*, o texto com mais riqueza de detalhes como

datas, exemplos, valores das viagens e das estadias, localização, nomes dos eventos e os participantes. Os empenhos foram documentos importantes na investigação já que muitas dessas informações estavam contidas neles. A partir das pistas deles os jornalistas puderam estender a apuração.

Ao analisar os empenhos, os repórteres perceberam a recorrência dos eventos em orlas marítimas e hotéis de luxo, principalmente em Maceió. Capturas de telas do portal do Sagres mostravam quadros, sem a identificação da fonte, com o nome dos cursos e os participantes por mês. Algumas das empresas e empreendimentos já haviam sido citados em reportagens anteriores, mas dá-se um foco maior a elas, incluindo a localização delas e informações sobre os valores dos cursos, regras para o recebimento de certificado e das estadias nos hotéis.

Os jornalistas também verificaram que os vereadores participaram dos mesmos eventos em diferentes cidades nordestinas, todos promovidos pela mesma empresa. Outro aspecto que chama atenção na reportagem é o que trata do capital financeiro das empresas que supostamente realizaram os cursos. Aqui, os repórteres saem da redação e da pesquisa na internet e partem para campo visitando a sede de uma empresa, em João Pessoa. Não é revelado de que forma foi feito esse contato, nem como os profissionais se apresentaram ou se informaram os objetivos para estarem ali.

Para investigar as empresas os jornalistas fizeram cálculos e verificaram uma incompatibilidade entre o lucro e o capital declarado. Esse é um elemento que poderia ter passado despercebido pelos repórteres, mas que foi investigado, possivelmente para saber se as empresas também serviriam de fachada para os vereadores. Nas tentativas de contato com os empreendimentos, um deles não tinha qualquer forma de comunicação e já havia até sido fechado.

Outro ponto importante na reportagem foi relacionar a produção legislativa, ou seja, a quantidade de requerimentos e projetos de lei apresentados pelos vereadores que mais participaram de cursos de formação. Em um relatório, solicitado em 2018, constavam os dados da Câmara do Conde. As quinze páginas do documento e a irrelevância das ações também levantavam suspeitas. Por exemplo, um dos vereadores mais assíduos em cursos, apresentou quatro projetos de leis para a nomeação de ruas. Um outro parlamentar propôs

um projeto de lei para instituir o Dia da Bíblia no Conde. No caso de Santa Rita, os jornalistas não tiveram acesso ao documento.

Essa reportagem parece funcionar como uma síntese dos fatos investigados e pautam outros que serão desdobrados nas matérias seguintes. Ocorre um replanejamento da investigação (RODRÍGUEZ, 1994), diante das recorrências observadas que sugerem novos elementos para investigar. Assim, as publicações deixam de se basear apenas em dados numéricos, muda sua orientação, limites e possibilidades, com foco nas diárias.

A sétima reportagem da série, considera a segunda de a “Farra das Diárias”, também apresentava elementos de apuração que se aproximavam do jornalismo investigativo. “Farra das diárias: vereadores recebem para irem a eventos em Natal, mas ficam em Conde” é assinada por Cógenes Lira, com Edilane Ferreira. Após verificarem as redes sociais digitais de vereadores que receberam dinheiro para eventos fora do estado, os jornalistas encontraram indícios de que alguns permaneceram no Conde nas referidas datas.

Os repórteres localizaram uma postagem no *Facebook* de um dos parlamentares no dia 25 de abril, em visita às obras do Mercado Público do Conde, quando no empenho havia registrado que recebeu para estar em eventos no mesmo período em Natal (RN), o que também foi registrado em janeiro em outra ocasião. O mesmo ocorreu com outro vereador que publicou no *Instagram* uma foto na qual estaria em uma “pelada” em uma região do Conde, quando na realidade deveria estar na capital potiguar.

Mesmo ampliando as fontes de informação, os jornalistas apresentaram os dados obtidos como “indícios”. Embora as postagens tenham sido feitas nas referidas datas, não é possível precisar se os vereadores tenham estado realmente nesses lugares nos dias das publicações sem checar junto a outras fontes, o que não é mencionado na reportagem. Os repórteres tentaram confirmar as presenças, mas sem sucesso em contato com as promotoras dos cursos em matéria do dia 10 de junho. Em entrevista para este artigo, Edilane Ferreira destacou que os repórteres foram algumas vezes à Santa Rita e ao Conde à procura de fontes: “Algumas conversaram conosco, mas pediram anonimato. Tinham medo. Só publicamos o que dava para ser público e sem comprometer pessoas” (FERREIRA, 2020).

De fato, o jornalismo, sobretudo o investigativo, se apropria do chamado método indiciário. Nele, o processo de investigação se realiza por meio da “dedução lógica com base

em pistas e fragmentos de informações aliados a informações obtidas junto a fontes concretas” (MOREIRA, 2010, p. 4), a partir do qual o repórter “chega a conclusões que a racionalidade dos dados não nos permite visualizar numa primeira análise superficial dos fatos” (ibidem, p. 4). Entretanto, a ausência de outras fontes explícitas no texto sugere para o leitor certa inconsistência na apuração.

Outro destaque da matéria é a entrevista com o procurador da Câmara de Conde, João Sobral. É primeira pessoa ouvida cuja fala é acrescentada no texto. Ele seria a fonte de uma matéria do dia 9 de junho. No final do texto há uma “errata” porque o nome do entrevistado havia sido publicado errado, como João Gilberto Ismael, e não como João Sobral. Assim como na anterior, há o cruzamento de dados, mas não houve um aprofundamento desse aspecto da investigação nas redes sociais para a sustentação dos “indícios”.

A série “Pra onde foi a grana?” retorna com a oitava e décima primeira matérias, assim chamadas no texto do portal. Já a nona e a décima destacam câmaras específicas, como as de Patos e Cabedelo, respectivamente, além de trazer um “top 10” dos maiores e menores gastos. No caso dos serviços contábeis, o alvo da apuração foram as empresas das casas que mais tiveram despesas com contratos. Os jornalistas descobriram que uma delas era investigada pelo MPPB por organização criminosa. Embora seja considerada apenas jornalismo de dados pelos responsáveis, essa série também teve, assim, outros possíveis braços de investigação.

Na sobre locação de imóveis e similares, a apuração se deteve sobre um *duplex* locado em Cabedelo. Além de trazer um “top 10” das câmaras que mais e menos gastaram, os jornalistas buscaram mais detalhes sobre esse espaço na cidade portuária onde funcionava um Anexo da Casa Legislativa. Mais uma vez os empenhos são importantes na investigação. A informação de que se trata de um *duplex* não é publicizada no próprio empenho do aluguel, mas ela surge em outra declaração de gasto, no caso, na de despesa com pintura, o que provavelmente exigiu um tempo maior de pesquisa por parte dos repórteres.

Embora haja capturas de tela das informações, sente-se a ausência de imagens desses locais e mais detalhes dos ambientes, o que poderia ter sido feito por ferramentas de geolocalização, ou mesmo uma visita com fotografias. A reportagem é assinada por Cógenes

Lira. Na seção adiante descrevemos como os jornalistas adicionaram novos métodos de trabalho na apuração da série.

6 As técnicas do engano como método

A retomada de “Farra das Diárias” ocorreu em agosto de 2019 com “Vereadores de Santa Rita e Conde cumprem 50% do curso, economizam nos gastos e recebem diploma ‘antecipado’” e “Vereadores de Santa Rita fazem ‘viagem em família’ com diárias pagas pela Câmara”. Nessa fase, a reportagem do Paraíba Já foi até Natal (RN) acompanhar os cursos, sem identificarem-se como jornalistas. Nesse momento ocorre o que no jornalismo investigativo é chamado de infiltração, quando o repórter entra no centro dos acontecimentos e oculta a sua identidade (RODRÍGUEZ, 1994).

O texto das reportagens descreve a rotina dos vereadores nas formações e a circulação deles nas cidades, com diálogos, áudios, fotos, vídeos, horários e locais. As viagens foram realizadas no final dos meses de junho e de julho de 2019. Embora no texto os repórteres indiquem que estiveram no lugar participando dos cursos, não é explicitado os recursos utilizados. Colaboraram com Edilane Ferreira, na primeira ocasião, Felipe Rojas e, na segunda, Cógenes Lira.

Nas duas viagens para Natal, não nos apresentamos como jornalistas. Eu usei peruca nas duas ocasiões (uma de cor castanho escuro, de pelo liso; outra com franja, pelo liso e de cor vermelho cereja). Felipe Rojas descoloriu o cabelo. Cógenes Lira não precisou de nenhuma modificação. Nos hospedamos nos hotéis que aconteceram os eventos. Foram três hotéis de 3 e 5 estrelas. Nos infiltramos nos cursos, acompanhávamos a saída deles dos cursos para saber para onde estavam indo. Sempre se hospedavam em hotéis ou pousadas cujas diárias eram bem menores do que o local do curso. Constatamos que alguns só batiam o ponto e iam embora, até mesmo voltavam pra Paraíba (FERREIRA, 2020).

Naquela circunstância, Felipe Rojas chegou a ser identificado por um dos vereadores. No dia 21 de outubro de 2019 foi veiculada a reportagem que desencadearia a prisão de um grupo de parlamentares. “Cada vez mais longe: vereadores de Santa Rita irão ‘estudar’ em Gramado durante Natal Luz” é o título da matéria, assinada por Giovanna Fernández. A reportagem dá continuidade aos dados obtidos pelo Sagres. Além de duas viagens realizadas para o Sudeste e o Sul do país no mesmo ano, os jornalistas perceberam uma coincidência

entre as datas do V Seminário Regional de Agentes Públicos e o festival realizado na Serra Gaúcha, de 31 de outubro e 4 de novembro. Foram apresentados o valor das diárias e quanto cada vereador e um contador receberam individualmente. Os empenhos foram as fontes dos dados.

O trabalho dos jornalistas nessa fase é realizado em conjunto com a Polícia Civil da Paraíba e de Sergipe, assim como com o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público da Paraíba e do Rio Grande do Sul. O levantamento dos gastos das Câmaras do Conde e Santa Rita, entre 2003 a 2019, resultou na Operação Natal Luz, deflagrada em 5 de novembro de 2019. O encerramento da série “Farra das Diárias” ocorreu com a abertura do inquérito pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB), através da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da Santa Rita, em 10 de dezembro de 2019.

A série publicada pelo portal Paraíba Já contrapõe-se, assim, ao fenômeno do jornalismo sobre investigações (NASCIMENTO, 2010). No Brasil, a prática foi facilitada com a redemocratização e o acesso aos bancos de dados. Tais reportagens são resultado do trabalho de investigação de autoridades dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – ou do Ministério Público, estadual ou federal. No caso de “Pra onde foi a grana?” e “Farra das Diárias”, a entrada desses órgãos ocorreu posteriormente, como resultado da apuração dos jornalistas.

7 O silêncio dos vereadores e a resposta da censura

Nas reportagens analisadas, não identificamos na maioria delas a presença de falas dos vereadores envolvidos. No caso da “Farra das Diárias” da Câmara do Conde, os presidentes nos anos de 2018 e 2019, só foram ouvidos no dia 22 de julho, na mesma data em que foi publicada matéria sobre a abertura de um inquérito pela Promotoria de Justiça para apurar o caso. Os demais não foram ouvidos, nem mesmo registros de tentativas de contatos foram relatados.

Sobre a escuta dos envolvidos nas reportagens, os jornalistas esclarecem que a experiência em trabalhos anteriores indicava que a prática de ouvir o outro lado é prejudicada pelo risco da censura, sobretudo em matérias que envolvem políticos. Essa seria uma

característica local que inviabilizaria o desenvolvimento do jornalismo investigativo na Paraíba.

Vereadores não nos atendiam, outras vezes entrávamos em contato apenas depois de publicada. Precisamos entender que estamos em um estado que ainda vive uma aura de coronelismo e de influência política. Se nós ligássemos antes, muito provavelmente as matérias nunca teriam visto a luz do dia. Isso já havia ocorrido com outra investigação que fiz. Muitas matérias foram engavetadas por ter seguido todo o rito que a universidade diz que preciso seguir. Quem se sente ameaçado por uma matéria, liga pra um político com bastante influência e o resultado desse movimento é a censura (FERREIRA, 2020).

De fato, a série causou incômodo, como exposto pelo próprio *site* em 10 de junho de 2019, resultado da veiculação das primeiras matérias. Nesse dia o portal publicou os textos “Vereador de Conde diz que vai procurar polícia para rebater reportagem do Paraíba Já” e “Vereadores de Conde atacam imprensa e presidente sugere ações judiciais contra o Paraíba Já”, com a repercussão da série. No mesmo dia o *site* fez uma intervenção em sua página principal com quatro publicações que continham apenas um *banner* com o termo “Censurado”, sobreposto com os dizeres “Este é jornalismo que a Câmara de Conde quer na Paraíba”, com os *hiperlinks* das matérias já reportadas.

Entretanto, a reação dos parlamentares contribuiu com a própria série. As contestações e as ameaças ao trabalho dos jornalistas chamaram a atenção dos responsáveis pelo projeto que, até então, baseava-se em dados oficiais de acesso público. Esse movimento instigou o aprofundamento do tópico “diárias”, o que reafirmaria a pertinência de se buscar respostas para os questionamentos iniciais quanto aos gastos incomuns.

Considerações finais

Neste artigo analisamos o jornalismo investigativo desenvolvido pelo portal Paraíba Já, a partir da série “Pra onde foi a grana?”. Nela verificamos o método de apuração das reportagens, suas técnicas, estratégias e a sua estrutura narrativa para identificar semelhanças, aproximações ou mesmo distanciamentos deste campo especializado do trabalho jornalístico. Esse segmento ainda é pouco explorado no estado, mas alguns jornalistas se destacam pela forma diferenciada como abordam suas matérias.

Desse modo, o trabalho realizado pelo portal destacou-se pelo uso do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), como uma base de dados possível de ser obtida, organizada e entrevistada para gerar uma reportagem original, com características do jornalismo investigativo. Embora esses elementos não possam ser observados nas matérias em sua integralidade, o processo revela a evolução que o trabalho de pesquisa em planilhas desencadeia, com a geração de um produto à parte, que recebeu o título de “Farra das Diárias”, ao passo que, ao analisar os dados os jornalistas perceberam uma tendência nos gastos dos vereadores de Santa Rita e Conde.

Por um lado, em certas matérias identificamos um trabalho de cruzamento de informações, o que caracteriza um trabalho investigativo. Mas, por outro, determinados dados necessitavam de um maior esforço de checagem para que de “indícios” os fatos pudessem ser classificados como verificados e comprovados, ao menos esgotando todas as formas de apuração. Ainda assim é válido destacar as estratégias utilizadas para expandir a investigação, como a consulta a redes sociais digitais, visitas *in loco* às empresas, infiltração e a cooperação de redes externas à atividade jornalística como a judiciária, policial e administrativa.

Esses aspectos e algumas imprecisões verificadas em nossa análise sobre as séries puderam ser elucidadas a partir da entrevista com os responsáveis pelo trabalho. Com o relato do profissionais, pudemos observar também que o processo de apuração foi marcado por dificuldades, como a financeira, no difícil acesso às operações das empresas, pelas ameaças dos envolvidos e pelos próprios constrangimentos internos. Daí a importância do estudo dos métodos de investigação de jornalistas a partir de todo o processo.

Referências bibliográficas

BRADSHAW, Paul. 6 ways of communicating data journalism (the inverted pyramid of data journalism part 2). **Online Journalism Blog**, 13 jul. 2011. Disponível em: <http://onlinejournalismblog.com/2011/07/13/the-inverted-pyramid-of-data-journalism-part-2-6-ways-of-communicating-data-journalism>. Acesso em: 9 jan. 2020.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KÖNIG, Mauro. **Limites éticos e legais no jornalismo de infiltração em reportagens do GDI do Grupo RBS**. 2019. 371 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2961>. Acesso em: 28 jan. 2020.

KOTSCHO, Ricardo. **Do Golpe ao Planalto: uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. In: **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 18 n. 1, jan.-abr., 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/fem.2016.181.07/5300>. Acesso em 28 jan. 2020.

MARCET, José Maria Caminos. **Periodismo de Investigación: Teoría y Práctica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

MOREIRA, Renato. Indiciário e história oral: ferramentas metodológicas interdisciplinares entre a história e o jornalismo. In: **XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 2010, Vitória. Anais... Vitória, Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0764-1.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2020.

MOURA, Sandra. **Caco Barcellos: o repórter e o método**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

RAMOS, Daniela Osvald. **Formato, condição para a escrita do jornalismo digital de bases de dados: uma contribuição da semiótica da cultura**. São Paulo, 2011. 146 p. Tese (Doutorado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23092011-180325/publico/danielaosvaldramos.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2020.

RODRÍGUEZ, Pepe. **Periodismo de Investigación: Técnicas y Estrategias**. Barcelona: Editora Paidós, 1994.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo, novos desafios**. In: Revista Imes, jul/dez, 2004. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/59. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Editora Summus, 2005.

VILARES, Fernanda Regina. **Ação controlada e criminalidade organizada: os controles necessários à atividade investigativa**. 2015. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-19112015-164630/pt-br.php>. Acesso em: 11 ago. 2020.